

ALGUNS EQUÍVOCOS GRAMÁTICAIS

José Augusto Carvalho

Mestrado em Linguística
Universidade Estadual de Campinas

Doutorado em Letras Língua Portuguesa
Universidade de São Paulo



Artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a Licença Pública Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Resumo: Analisa alguns problemas oriundos de lições de gramáticos normativos que os analisam seguindo uma tradição equivocada, sem atentar para a linguística ou para o próprio sistema linguístico. Muitas vezes, guiados pela tradição ou pelo exemplo de algum autor que logrou firmar certa jurisprudência em matéria de língua, alguns gramáticos conseguem expor lições que os falantes estudiosos acabam por aceitar como verdadeiras.

Palavras-chave: Gramática. Linguística. Língua Portuguesa.

Abstract: Analyzes some problems arising from lessons from normative grammarians who analyze them following a mistaken tradition, without paying attention to linguistics or the linguistic system itself. Often, guided by tradition or by the example of an author who managed to establish a certain jurisprudence in matters of language, some grammarians manage to expose lessons that studious speakers end up accepting as true.

Keywords: Grammar. Linguistics. Portuguese language.

Discutem-se aqui alguns problemas oriundos de lições de gramáticos normativos que os analisam seguindo uma tradição equivocada, sem atentar para a linguística ou para o próprio sistema linguístico. Muitas vezes, guiados pela tradição ou pelo exemplo de algum autor que logrou firmar certa jurisprudência em matéria de língua, alguns gramáticos conseguem expor lições que os falantes estudiosos acabam por aceitar como verdadeiras. Vale observar que a prática usual entre os gramáticos de se copiarem uns aos outros tem levado a formas “fantasma”, segundo denúncia de Mattoso Câmara Jr. (1970, p. 85-6), ou à repetição de erros que acabam incorporando-se à língua como formas corretas, como, por exemplo, a conhecida forma “elefoa”, feminino vicário de “elefante”, que nasceu de um erro de imprensa de uma edição da **Grammatica descriptiva**, de Maximino Maciel, segundo denúncia de Mário R. Martins, citada por Luiz Autuori, na nota da p. 66 do livro **Nos garimpos da linguagem** (1976.). O próprio Mattoso Câmara Jr. teve uma afirmação sua copiada irrefletidamente por alguns gramáticos atuais. Em seu **Manual de expressão oral e escrita** (1961, p. 153), Mattoso Câmara diz que em expressões como “Hoje é 6”, a concordância no singular é possível por considerarmos que se omite aí a palavra “dia”: “Hoje é dia 6”. Ocorre, no entanto, que, nas edições posteriores de seu livro, Mattoso Câmara suprimiu esse parágrafo ousado, o que não foi levado em conta pelos gramáticos que o copiaram. Uma consequência de certa forma danosa desse hábito de copiar autores alheios terá sido o problema da multiplicidade de formas para o feminino e plural dos nomes terminados em -ão. Vejamos alguns desses problemas.

Teve a cores / em cores – Há gramáticos, entre os quais Napoleão Mendes de Almeida, que repudiam como erradas as expressões *teve a cores* e *teve de cores*, e recomendam apenas *teve em cores* sob a alegação de que, no Brasil, não se diz *teve a preto e branco*, mas apenas *teve em preto e branco*. Na verdade, a expressão *teve em cores* é menos vernácula do que *teve a cores*, já que *teve em cores* me parece um galicismo (Cf. *télé en couleurs*). Em Portugal, diz-se televisão a cores/a preto e branco. Ora, as preposições **a**, **de** e **em**, com frequência se podem intercambiar em várias expressões, sem que se possa afirmar que apenas uma seja a correta. Senão vejamos: fogão à lenha / de lenha; panela de pressão / à pressão; vestido de muitas cores / em muitas cores; barco de vela / à vela; navio de vapor / a vapor. O fato de não se ouvir, no Brasil, *televisão a preto e branco* não significa

que se trate de expressão condenável, mas apenas de um padrão não preferencial. A norma restringe o sistema. O sistema, por exemplo, permite que se diga à manhã, como se diz à *tarde* e à *noite*, mas a norma não permite (cf. *de manhã, de tarde, de noite*). O sistema aceita que o feminino de *diretor* seja tanto *diretora* quanto *diretriz* (cf. *ator/ atriz*), mas a norma reservou *diretriz* para a metalinguagem da ciência, e reservou apenas *diretora* para o feminino de *diretor*. Da mesma forma, é a norma que não permite que se diga, por exemplo, *televisão de cores*, embora o sistema permita essa construção.

Frei / frade – Apócope é o nome que se dá à supressão de sons no final de um vocábulo. Assim, são apocopadas formas como *cem* (cento), *grã/grão* (grande), *mui* (muito), *são* (santo), etc. Muitas das formas apocopadas são proclíticas, isto é, só se usam antes de nome, por terem perdido a tonicidade própria. Assim, não se diz que fulano é grão, mas que fulano é grande. No entanto, dizemos grã-fino, grão-duque, Grã-Bretanha. Não dizemos que Francisco de Assis é são, mas dizemos “São Francisco de Assis é santo”. Não dizemos que “amigo ele é mui”, mas dizemos “mui amigo”. Para mostrar o caráter átono de *são* (apócope de *santo*), basta atentarmos para a proximidade fônica entre *São Tiago* e *Santiago*. *São*, em *São Tiago*, soa como sílaba pré-tônica, como *san*, em *Santiago*. A palavra *freire* perdeu sua articulação integral e hoje só se usa a forma apocopada *frei*. *Frei* só se usa antes de nome, exatamente como *são* ou como *mui*: “Frei Galvão é um santo frade” e não “Frei Galvão é um santo frei.” O nome *frade* (que significa um padre de uma ordem, como frade franciscano ou frade beneditino) substituiu o nome *freire*, desaparecido em sua articulação integral. Da mesma forma, o feminino *sóror*, embora não seja forma apocopada, só se usa, como *frei*, antes de nome: *frei José, sóror Helena*. O feminino de *freire* é *freira*, mas, como *freire* não se usa mais, *freira* passou a ser feminino vicário de *frade*. Assim, temos: frade/freira; frei/sóror. Não se use, portanto, *frei* isoladamente, mas sempre seguido de nome, como, aliás, consta do Dicionário Houaiss, s.v..

Sequer – Os bons dicionários de língua, pelo menos até recentemente, davam para *sequer* o sentido de “ao menos, pelo menos”, sem valor negativo, como neste exemplo de Camões: “Mova-vos já, *sequer*, riqueza tanta./ Pois mover-vos não pode a Casa Santa!” (*Os Lusíadas*, VII, 11; há outros exemplos camonianos, como em *Os Lusíadas*, V, 71), ou como neste exemplo de Rui Barbosa: “Era, *sequer*, possível que assim não fosse?” (1980, p. 7-8, v. 2; há outros

exemplos, nas páginas 297, 330 e 412 do vol 2, e na p. 22 do volume. I) Um exemplo mais moderno de *sequer* (sem sentido negativo) está no prefácio do **Curso de Tupi Antigo** (1956) do Pe. Lemos Barbosa: “Este curso de Tupi Antigo pretende facilitar o conhecimento do idioma falado pelo grupo mais importante de índios do Brasil. Língua vulgar prevalente nos primeiros tempos da Colônia, falada na catequese e nas bandeiras, instrumento das conquistas espirituais e territoriais da nossa história, o seu conhecimento, *sequer* superficial, faz parte da cultura nacional.”

A tendência à utilização de *sequer* com sentido negativo, ao lado do sentido positivo tradicional, pode tornar ambíguas frases que não deveriam ser ambíguas, como no trecho seguinte, de Geir Campos, tirado do primeiro parágrafo do conto “O vestibulo”, que dá nome ao livro: “Não me lembro de haver querido entrar: eu vinha apenas passando, encostado ao muro, aproveitando a sombra dos edifícios. *Sequer* me ocorre o nome ou a posição daquela rua, ainda a tais horas tão cheia de gente que se comprimia [...]” (Campos, 1979). Uma pergunta: no exemplo dado, o narrador se lembra ou não do nome ou da posição da rua? Para evitar ambiguidades desse tipo, o melhor mesmo é seguir a tradição da língua: utilizar *sequer* com valor de *ao menos*, *pelo menos*. Para que *sequer* tenha efetivamente o sentido negativo, o melhor é usar “nem” ou outra forma negativa antes: “Ele saiu e nem sequer se despediu. Ele não sabe sequer o meu nome.”

Pingue – A sinestesia leva-nos às vezes a dar cores ou formas aos sons. Há um soneto famoso de Rimbaud em que ele subverte a sinestesia dando cores às vogais de maneira pouco usual: a negro, e branco, i vermelho, u verde, o azul. Um falante do francês ou do português daria de preferência a cor negra ao u (túmulo, catacumba, urubu, cru, etc.) e a cor clara ao a (clara, mar, bala, fala...). Se não me engano foi Paul Valéry, quem disse que a palavra *jour* (“dia”) deveria designar a noite, por ser sombria, e *nuit* (“noite”) é que deveria designar o dia. Presume-se que “maluma” signifique algo gordo, além de fúnebre, ou que “taquete” signifique algo fino. Da mesma forma, é possível que a vogal tônica do adjetivo “pingue” leve a pensar tratar-se de algo fino ou pequeno. Daí o engano de um vereador ao reclamar melhores salários porque o que constava do seu contracheque era muito “pingue”. Se o salário dele era pingue, não haveria por que reclamar. Afinal, *pingue* significa exatamente: gordo, farto,

abundante! É necessário cuidado com o uso de certos nomes, cujo sentido pensamos saber. É o caso de um jornalista que chamou de “rastaquera” ao discurso de um político, pretendendo dizer que se tratava de algo óbvio e rasteiro. Rastaquera é nome que só se aplica a pessoas e designa o novo rico que exhibe riqueza e ostenta luxo, ou, por extensão, o indivíduo rude, ignorante.

À **distância** – A expressão à *distância* é sempre com o acento grave, segundo lição com abundantes exemplos de bons escritores do sempre excelente Adriano da Gama Kury, no seu livro **Ortografia, pontuação, crase** (1999, p. 110-112). Leiamos-lo: “Muitos gramáticos, sem levar em conta o uso bastante generalizado, querem que a locução à *distância*, quando indeterminada, se escreva sem acento: este só caberia, a seu ver, quando a locução viesse determinada, p. ex.: ‘à distância de um metro’, ou, como escreveu Machado de Assis, ‘à distância de um fio de cambraia’ (*Brás Cubas*, cap. CIII).” O autor lembra que à *distância* equivale a *na distância* (onde aparecem preposição e artigo): “Um relógio, *na distância*, bateu dez horas.” “Uma torre branca e aguda apontou *na distância*, furando o céu.” (Exemplos, entre outros, apresentados pelo Autor.) Para Adriano da Gama Kury, as locuções adverbiais, prepositivas e conjuntivas no feminino têm o acento grave, mesmo que não haja crase. Expressões como: escrever à tinta (a lápis), comprar à vista (a prazo), matar à faca, à bala (a canivete, a tiro) são exemplos de acento grave em locuções femininas, sem crase. A crase é a fusão de duas vogais iguais. Não se deve confundir o acento grave com o fenômeno da fusão das duas vogais iguais. Pode haver, portanto, acento grave sem crase nas locuções femininas como: à baila, à beça, à exceção de (cf. com exceção de), à farta, à frente de (cf. em face de), à grande, à larga, à proporção que, à queima-roupa, à tarde (cf. de tarde), à traição, à unha, à vontade, às claras, às direitas, às escondidas, às ordens, às vezes (cf. por vezes; esp.: a vezes), etc.

Elas por elas – A expressão *elas por elas*, variante de *ela por ela*, de curso em Portugal, é uma locução adverbial, como a bem classificou o **Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa**, de Laudelino Freire (1957, vol. III, s.v.: *ela por ela*). Isso significa que *elas por elas* não pode exercer função subjetiva, mas adverbial. O verbo não concorda com a expressão, como, aliás, registra o **Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa**, de Hildebrando de

Lima e Gustavo Barroso (9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1951, s.v. *ela*), que originou o **Dicionário** Aurélio que, aliás, repete o exemplo: “Se mexer comigo, terá o troco: é elas por elas.”

Aprender – Há uma tendência, na mídia, a usar o verbo *aprender* para pessoas: o menor foi apreendido, os bandidos foram apreendidos, etc. O verbo *aprender* significa: a) assimilar, captar (Foi difícil aprender o sentido daquelas palavras.); b) fazer apreensão de, pegar (Apreendeu-lhe os cigarros para que não fumasse.); c) sentir preocupação, inquietar-se – sentido figurado pouco usual (Sua alma aprendia-se com aqueles maus pressentimentos.); d) tomar posse por direito, confiscar (A polícia apreendeu o contrabando de cocaína). Os significados e os exemplos entre parênteses são retirados do verbete *aprender*, do **Dicionário** Houaiss. Embora *aprender* possa ser sinônimo de *prender* (como está no Aurélio), não é usado para pessoas. Soa estranho que um menor seja apreendido e não preso ou detido, como se fora mercadoria... Infelizmente, a expressão equivocada está na lei, e as leis nem sempre são feitas por quem conhece bem a língua...

Gols – O **Dicionário** Houaiss, no verbete *gol*, registra o plural *gols* como “barbarismo consagrado pelo uso” e ensina que os plurais adequados devam ser *goles* e *gois*, com a vogal tônica fechada. Ora, todos os vocábulos oxítonos do português atual terminados em –ol têm a vogal tônica aberta: anzol, lençol, futebol, sol, terçol, atol, etc. Seus plurais, sem exceção, têm a vogal tônica também aberta: anzóis, lençóis, futebolóis, sóis, terçóis, atóis, etc. Ora, *gol* tem a vogal fechada, constituindo-se numa exceção, o que nos leva a crer que se trata do inglês *goal* com a ortografia portuguesa. O plural *gols* não é um barbarismo, mas o próprio vocábulo inglês graficamente adaptado. A forma *rol* (“lista”) origina-se possivelmente do francês *rôle*, com a tônica fechada. A vogal aberta de *rol* é um atestado da perfeita incorporação do empréstimo aos padrões fonológicos do português. O plural *gois*, com a vogal fechada, é que seria um barbarismo, uma forma hipotética, jamais usada ou documentada. O plural adequado deveria ser *golos* (cf. bolo/bolos, rolo/rolos), de curso em Portugal, e não *goles* (com a vogal tônica fechada), como sugere o dicionário Houaiss.

Seu – A forma *seu*, antes de nome próprio (*Seu José*) ou de xingamento (*seu bobo*) não é um emprego diferente do possessivo, como sugerem alguns gramáticos, mas uma das muitas formas de

senhor. *Seu* é forma átona, usada em posição proclítica, resultante da ditongação da forma tônica *seô*, substituída por *siô*, mas encontrada em castelhano: *seô*, segundo Antenor Nascentes (O tratamento de “Senhor”, no Brasil. **Revista de Cultura** (1937, p.69). *Seô*, por sua vez, seria resultante de *senhor*, por um processo de desnasalização e despalatalização, com apócope do -r final. De *siô* proveio *siá*, assim como de *sinhô* proveio *sinhá*. A forma equivalente a *sô* e *seu* é *sá*. *Sua*, em expressões como *sua boba*, *sua atrevida*, e equivalentes (nunca, contudo, antes de nome próprio), é fruto da analogia com o possessivo. Celso Cunha, em sua **Gramática do português contemporâneo** (1970, p. 41 e 211), não considera, com justa razão, que *seu* (= senhor) seja extensão do emprego do possessivo, mas uma das muitas formas de *senhor*. A explicação, portanto, é a seguinte: *senhor* daria *seô*; *seô*, por hiperbibasmo (deslocamento do acento tônico), daria *sêo*, que se teria ditongado em *seu*. O feminino *sua* se faria por analogia com o possessivo. A forma *siô*, oriunda de *seô*, originaria *sô*. O feminino *sá* se formaria a partir de *sô*.

Obséquio – O grafema < s > depois de < b > tem sempre o som de /s/, como em *observar*, *subsídio*, *absorver*, *subsolo*, *subsistência*, etc. A pronúncia viciosa de *subsistência*, com o < s > soando /z/, parece-me analogia com *existência*, em que o < x > tem o valor de /z/, mas a pronúncia /subzídyu/ por /subsídyu/ não me parece ter nenhuma justificativa, apesar de generalizar-se gradualmente, sobretudo nos meios jurídicos, políticos e econômicos. Há um vocábulo, contudo, em que o < s > após o < b > soa corretamente /z/: *obséquio*. Por quê? *Obsèque*, em francês, aparece documentado no singular a partir de 1160. No plural, documenta-se em 1398, segundo Albert Dauzat *et al.* (1964), s.v. *obsèques*, com o sentido de “serviço fúnebre”, mas continuou sendo usado no singular até o séc. XVI, quando apenas a forma plural permaneceu. No plural, *obsèques* se origina de *obsequiae*, alteração do latim clássico *exsequiae*, por cruzamento com *obsequia* (“cortejo”), plural neutro de *obsequium* (“serviço”), do verbo *obsequi* (“ceder a, obedecer”), composto de *sequi* (seguir), segundo Bloch e Wartburg (1975) s.v. *obsèques*. Tudo leva a crer, portanto, que a pronúncia de *obséquio* (em que o < s > soa /z/) se deva a um cruzamento com *exéquias*, em que o < x > soa /z/. Repare-se que o português antigo *obséquias* tem o mesmo sentido de *exéquias*: cerimônia fúnebre.

Qualquer – O indefinido *qualquer*, quando precedido de artigo indefinido ou posposto ao nome, tem um sentido pejorativo: Ele é um (homem) qualquer. Há atualmente uma tendência generalizada a usar *qualquer* como sinônimo de *nenhum*, em frases negativas. *Qualquer* não é sinônimo de *nenhum*. Em frases negativas, seu sentido pode ser interpretado como positivo, de exceção: Não tive qualquer participação no caso = minha participação existiu, mas foi especial, não foi uma qualquer. Não tenho qualquer dúvida = tenho dúvida, mas minha dúvida é especial, não uma qualquer. O ideal é evitar o emprego de *qualquer* com o sentido de *nenhum*.

Colocação pronominal – Há uma tendência atual de ensinar a ênclise em orações subordinadas, quando há pausa entre a conjunção subordinativa (ou o pronome relativo) e o verbo. Parece que essa lição se originou a possibilidade de haver ênclise mesmo após um item que exigiria a próclise, quando existe pausa entre o termo que atrai o pronome e o verbo da oração. Mas essa regra, consensual entre os gramáticos, só se aplica a períodos simples ou a orações coordenadas, em que a coordenação não se faça entre subordinadas. É o que dizem Celso Cunha e Lindley Cintra, em sua **Nova gramática do português contemporâneo** (1985, p. 304): “Observe-se por fim que, sempre que houver pausa entre um elemento capaz de provocar a PRÓCLISE e o verbo, pode ocorrer a ÊNCLISE: ‘Pouco depois, detiveram-se de novo’ (Ferreira de Castro).” Mas essa lição refere-se a períodos com um único verbo. Ao referirem-se às orações subordinadas, com um único verbo ou com perífrase verbal, esses dois autores são taxativos, quando dizem que se usa obrigatoriamente a próclise “nas orações subordinadas desenvolvidas, inclusive quando a conjunção está oculta: “O sufrágio que me vai dar será para mim uma consagração” (E. da Cunha, Id. Ib. p. 306). Quando expõe o critério de que não se pospõe o pronome átono a verbo flexionado em oração subordinada, Evanildo Bechara observa que, às vezes, pode ocorrer a ênclise quando há pausas antes do verbo, mas esclarece que são “esporádicos e não dignos de imitação os exemplos que dele [do critério exposto] se afastam (Bechara, 1999, p. 589). Rocha Lima, em sua **Gramática normativa da língua portuguesa** (1972, p. 418), diz que é obrigatória a próclise nas orações subordinadas, haja ou não pausa entre o termo subordinativo e o verbo da oração, mesmo que a conjunção não esteja expressa: ‘Espero (que) me atendas sem demora.’”

Desviam-se, portanto, da norma culta gramáticos e professores que usam a ênclise em oração subordinada, mesmo que haja pausa entre o verbo e o elemento subordinativo.

Referências

AUTUORI, Luiz, *Nos garimpos da linguagem*. 7. ed.. rev. e atual. Rio de Janeiro: Record, 1976.

BARBOSA, Lemos. *Curso de tupi antigo*. Rio de Janeiro: São José, 1956. =

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BLOCH; WARTBURG. *Dictionnaire étymologique de la langue française*. 6.ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1975.

CÂMARA JR., Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CÂMARA JR., Mattoso. *Manual de expressão oral e escrita*. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1961.

CAMPOS, Geir. *O vestibulo*. São Paulo: Ática, 1979).

CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DAUZAT, Albert et al. *Nouveau dictionnaire étymologique et historique*. Paris: Larousse, 1964.

FREIRE Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, vol. III, s.v.

KURY, Adriano da Gama. *Ortografia, pontuação, crase*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

RÉPLICA. Rio de Janeiro: Conselho Seccional do Rio de Janeiro da OAB/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

REVISTA DE CULTURA. Rio de Janeiro, 1937, v. 11, n. 128